



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex



Indexado no
Acadêmico

BARREIRA LINGUÍSTICA, INTERCULTURALIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS REFUGIADAS NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DA CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO

Elisandra Ramos de Carvalho, Jacqueline de Souza Gomes, Mariana Carla Rocha Marinho



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p2508-2525>

Artigo recebido em 6 de Janeiro e publicado em 6 de Março de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O Brasil tem se destacado como destino importante para pessoas refugiadas, com mais de 50.000 solicitações de refúgio registradas em 2023, especialmente provenientes da Venezuela, Cuba e Angola. Nesse contexto, a barreira linguística configura-se como um dos principais obstáculos à inclusão social e educacional dessas populações. O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a importância do ensino da língua portuguesa como estratégia de superação dessa barreira, com destaque para a experiência da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), iniciativa do ACNUR em parceria com instituições de ensino superior. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental de dados do ACNUR e do CONARE, em diálogo com o pensamento de autores/as, como Pereira (2019), Silva (2012), São Bernardo (2016), Barbosa (2015), Olsen e Kozicki (2019), entre outros. Os resultados indicam que a ausência de proficiência em língua portuguesa dificulta o acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e trabalho, comprometendo a efetiva inclusão social de refugiados/as. Por outro lado, iniciativas como a CSVM, especialmente no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), demonstram potencial significativo na promoção do acesso à língua como instrumento de garantia de direitos e fortalecimento da autonomia. Conclui-se que o ensino do português como língua de acolhimento constitui elemento fundamental para a inclusão de pessoas refugiadas no Brasil, sendo necessária a ampliação de políticas públicas e ações institucionais voltadas a esse fim.



Palavras-chave: Barreira Linguística; Ensino de Português; Inclusão; Refugiados; Língua de acolhimento;

ABSTRACT

Brazil has stood out as an important destination for refugees, with more than 50,000 asylum applications registered in 2023, especially from Venezuela, Cuba and Angola. In this context, the language barrier is one of the main obstacles to the social and educational inclusion of these populations. The present study aims to reflect on the importance of teaching the Portuguese language as a strategy for overcoming this barrier, with emphasis on the experience of the Sérgio Vieira de Mello Chair (CSVM), an initiative of the UNHCR in partnership with higher education institutions. It is a qualitative research, of an exploratory nature, developed through literature review and documentary analysis of data from the UNHCR and CONARE, in dialogue with the thinking of authors such as Pereira (2019), Silva (2012), São Bernardo (2016), Barbosa (2015), Olsen and Kozicki (2019), among others. The results indicate that the absence of proficiency in Portuguese language hinders access to essential services, such as education, health and work, compromising the effective social inclusion of refugees. On the other hand, initiatives such as the CSVM, especially within the framework of the Federal University of Espírito Santo (UFES), demonstrate significant potential in promoting access to language as an instrument for guaranteeing rights and strengthening autonomy. It is concluded that the teaching of Portuguese as a host language constitutes a fundamental element for the inclusion of refugees in Brazil, being necessary the expansion of public policies and institutional actions aimed at this end.

Keywords: Language barrier; Portuguese teaching; Inclusion; Refugees; Host language;

Instituição afiliada – Universidade Federal Fluminense.

Autorcorrespondente: *Elisandra Ramos de Carvalho* – elisandrarc@id.uff.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





1 INTRODUÇÃO

Considerando que o Brasil é um importante destino para refugiados/as de diversas partes do mundo, recebendo, segundo dados extraídos do relatório "Refúgio em Números" da ACNUR, mais de 50.000 solicitações de refúgio em 2023, provenientes de 150 países, com ênfase em Venezuela, Cuba e Angola, a inclusão social e educacional dessas pessoas enfrenta um obstáculo em potencial: a barreira linguística. Nesse sentido, a dificuldade com o idioma nativo pode limitar, inclusive, o acesso a direitos básicos, como educação, tornando indispensáveis a necessidade de iniciativas que promovam a remoção da referida barreira.

Frente aos desafios que decorrem da barreira linguística, o problema que orienta este estudo é: iniciativas extensionistas que promovem o ensino da língua portuguesa são indispensáveis para a inclusão social e educacional de refugiados/as no Brasil? Com vistas a refletir sobre tal problema, apresentamos a experiência da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, iniciativa do ACNUR em parceria com instituições de ensino superior no Brasil, como exemplo a contribuir para a remoção da barreira linguística por meio do ensino da língua portuguesa a refugiados/as e, consequentemente, para a inclusão social e educacional dos/as mesmos/as.

A investigação, ainda de natureza exploratória, está estruturada de modo a: (1) refletir sobre a importância do ensino de língua portuguesa como instrumento para a promoção da inclusão dos/as refugiados/as e imigrantes, especialmente quanto ao acesso a direitos básicos, como a educação; (2) descrever a experiência da CSVM da UFES no ensino da língua portuguesa, buscando entender seus impactos para a inclusão social e educacional de refugiados/as no Brasil.

Destacamos a importância deste estudo pela relevância em se trazer o tema para o debate acadêmico, especialmente diante do aumento significativo dos fluxos migratórios, bem como pela necessidade de maior reflexão sobre estratégias de inclusão social e educacional de refugiados/as no Brasil. Compreender a barreira linguística e suas implicações é importante para o desenvolvimento de intervenções mais inclusivas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica sobre o ensino de língua portuguesa para refugiados/as no contexto brasileiro, por meio da qual dialogamos com a literatura acadêmica, por meio dos diálogos com autores como Pereira (2019), São Bernardo (2016), Fanon (2008), entre outros, e relatórios de organizações internacionais, como o ACNUR, a fim de refletirmos sobre alguns dos desafios enfrentados por refugiados/as no Brasil e identificarmos possíveis práticas que possam facilitar a inclusão por meio da remoção da barreira linguística.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: na primeira, procedeu-se ao levantamento de produções acadêmicas que apresentassem as dificuldades encontradas pelos/as refugiados/as, para, assim verificar se, entre elas, estava a barreira linguística. Para tanto, utilizamos como base de dados o Portal de Periódicos a Capes e do Scientific Electronic Library Online - SciELO.

Para delinear o material a ser analisado, foram incluídos os textos publicados entre 2020 e 2024, produção nacional, submetidos a revisão por pares, com Qualis A1-B3, que tratavam total/parcialmente sobre o “*ensino de Português*”, “*refugiados/as*”, “*inclusão*” e “*desafios*”. Foram excluídos os que não estavam com acesso livre, os que não dialogavam com o tema, os textos em duplicidade, que estavam abordando experiências/relatos no exterior, os documentos produzidos antes de 2020 e os publicados em revista com Qualis inferior a B4. Quanto às palavras-chave, buscamos termos que se alinhavam tematicamente com a pesquisa, conectando-os com o operador booleano AND.

Ao realizarmos a pesquisa com as palavras-chave descritas acima, encontramos 3 textos no Periódicos Capes, datados entre 2017 e 2024. Após submetidos aos critérios de inclusão, restaram 2 para serem analisados. Já no SciELO, não foram encontrados documentos válidos para a pesquisa. Ao retirarmos o termo “*ensino*”, a pesquisa retornou com 16 textos, datados de 1969 a 2025. Entretanto, ao aplicar os critérios de inclusão, restaram apenas 3 documentos a serem analisados. Já no SciELO, não foram encontrados resultados.

Em seguida, num segundo momento, analisamos dados qualitativos fornecidos pelo ACNUR e pelo CONARE, e ainda, pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública visando compreender o perfil demográfico dos/as refugiados/as no Brasil e avaliarmos a importância das políticas existentes. Para isto, utilizamos os dados disponibilizados no portal do ACNUR e do CONARE.

Adicionalmente, apresentamos a experiência da Cátedra Sérgio Vieira de Mello no apoio à inclusão de refugiados/as no Brasil, tomando por base o projeto implementado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). As informações foram coletadas no portal do ACNUR e no portal da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na UFES (<https://csvm.ufes.br/sobre-csvm>) em agosto, setembro e outubro de 2024

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

3.1 Contextualizando o Problema

Segundo a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, em sua recente publicação do relatório “Refúgio em Números”, foram realizadas mais de 50.000 solicitações da condição de refugiado/a no Brasil, em 2023, provenientes de 150 países, dentre eles destacam-se venezuelanas, cubanas e angolanas. Na tabela abaixo, podemos verificar a quantidade de refugiados/as que tiveram suas solicitações atendidas ao longo de 2023:

Figura 1 - Solicitações de reconhecimento de condição de refugiados - 2023

País de nacionalidade ou residência habitual	Número de solicitações			
	Total	Sexo		
		Masculino	Feminino	Não Especificado
Total	138.359	63.090	55.091	20.178
VENEZUELA	112.644	52.216	48.044	12.384
HAITI	7.735	2.679	2.449	2.607
CUBA	3.961	1.761	1.220	980
ANGOLA	2.298	976	1.059	263
BANGLADESH	1.600	688	47	865
CHINA	1.129	559	272	298
AFEGANISTÃO	1.018	622	394	2
NIGÉRIA	724	429	167	128
GANÁ	572	172	27	373
COLÔMBIA	434	200	142	92
OUTROS	6.244	2.788	1.270	2.186

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP), 2023.



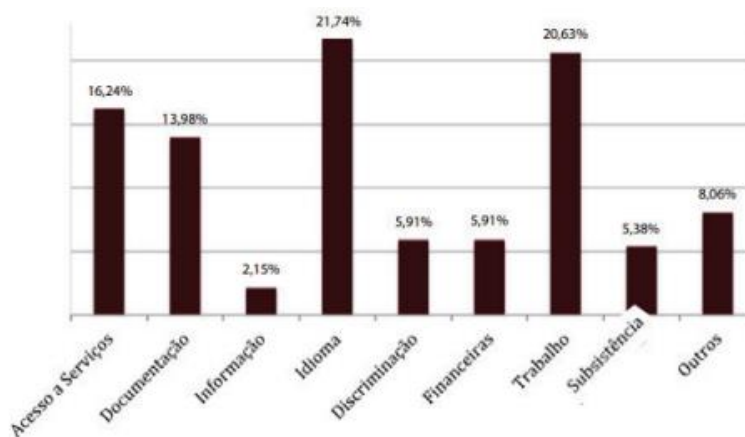
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP), 2023.

Informações do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)¹ apontam que, até o final de 2023, o Brasil reconheceu mais de 70.000 pessoas como refugiadas, ou seja, pessoas que se viram obrigadas a fugir de suas casas e países, abandonado tudo o que foi construído ao longo da vida e de gerações, por motivo de perseguições, conflitos, violência, eventos climáticos, violações de direitos humanos entre outros. Dentre os números apresentados, 51,7% é constituída por refugiados do sexo masculino, enquanto que 44,3% por refugiadas mulheres. Nesse cenário, todo/a aquele/a que é obrigado/a, forçado/a ou coagido/a, por forças alheias a sua vontade ou interesse, é considerado/a migrante forçado/a (PEREIRA, 2019).

Ao buscarem refúgio no Brasil, muitas das pessoas refugiadas se deparam com um grande desafio: a barreira linguística. A maioria destas pessoas possui pouco ou nenhum conhecimento do português, língua oficial do país, o que dificulta e até limita o acesso a serviços básicos, como a educação, saúde e mercado de trabalho, acarretando muitas vezes em situações de violações aos direitos humanos. Segundo CHILANTE; SILVA (2020), em 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou uma pesquisa intitulada de “Migrantes, Apátridas e Refugiados” identificando as dificuldades encontradas pelos imigrantes ao chegarem ao Brasil conforme se observa no gráfico 1.

¹ De acordo com dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), houve um crescimento exponencial no número de casos de refugiados analisados pelo Conare, em comparação com o ano de 2022. (Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/conare-mj-sp-destaca-aumento-de-200-no-numero-de-casos-analisados-de-pedido-de-refugio-em-2023#:~:text=Entre%20as%20principais%20realiza%C3%A7%C3%B5es%20do,mais%20de%2055%25%20dos%20pedidos>).

Gráfico 1: Principais dificuldades relatadas por imigrantes no Brasil



Fonte: Migrantes, Apátridas e Refugiados (IPEA, 2015, p. 138)

De acordo com SÃO BERNARDO (2016, p. 63), um dos principais desafios enfrentados por pessoas refugiadas na adaptação a uma sociedade diferente é a barreira linguística. A falta da comunicação em língua portuguesa aumenta a sensação de vulnerabilidade, dificulta a socialização e contribui para aumentar casos de discriminação, como o racismo e de xenofobia. Para BARBOSA(2015):

(...) no contexto de ensino-aprendizagem de uma nova língua – cultura, o conceito de interculturalidade indica-nos possibilidades de aproximações entre essas duas dimensões. Trata-se de uma forma de mediação cultural da qual o aprendente participa, ao mesmo tempo em que reflete sobre sua cultura de origem e sobre a cultura da qual quer fazer parte. Essa reflexão ocorre, sobretudo, nas interações sociais cotidianas com a cultura que se pretende conhecer, quando o aprendente percebe, aos poucos, que apenas o domínio de aspectos linguísticos não é suficiente para ter acesso ao que Edward Hall (1971) denomina dimensões ocultas (Barbosa, 2015, p. 1).

A linguagem, como discute FANON (2008), não é apenas um meio de comunicação, mas sim uma forma de existência em si mesma. É através da linguagem que não apenas nos expressamos, mas também moldamos nossa percepção do mundo e estabelecemos conexões com a cultura e com as outras pessoas ao nosso redor. Para pessoas refugiadas, a linguagem costuma ser uma ferramenta de inclusão na sociedade brasileira, um passaporte para compreender e acessar certos bens e direitos. Ao conhecerem o português, refugiados/as não apenas adquirem habilidades comunicativas e interativas, mas também têm potencializada a possibilidade de acessarem seus direitos na sociedade, como educação, emprego e participação cívica.



Ao abordar as demandas das pessoas refugiadas, SILVA (2012, p. 141) reforça as conclusões de que a educação é um direito para todos/as, independentemente de raça, etnia, gênero, língua, religião ou crenças políticas e filosóficas.

Sob essa ótica, a educação se apresenta como direito fundamental e instrumento de inclusão, conforme defendido por autores como Paulo Freire (1987), ao enfatizar a educação como prática de liberdade e construção de autonomia.

3.2. Ensino da Língua Portuguesa e Inclusão de Refugiados/as no Brasil

O acesso ao ensino de língua portuguesa configura papel extremamente importante para existir a inclusão social, para o acesso aos serviços públicos, a empregabilidade e a promoção de uma sociedade mais acolhedora e inclusiva aos/às refugiados/as, especialmente com o aumento significativo de fluxos migratórios. Segundo Olsen e Kozicki (2019), a maior dificuldade de pessoas refugiadas é também a barreira linguística:

(...) a dificuldade mais premente é o idioma. Como aponta pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2015, a língua portuguesa foi apontada como a maior dificuldade a ser enfrentada pelos imigrantes e solicitantes de refúgio. (OLSEN E KOZICKI, 2019, p. 149)

Assim sendo, a capacidade de se comunicar em português é um passo extremamente importante para a inclusão de pessoas refugiadas em nosso país de modo que políticas e ações devam se direcionar para tal finalidade. O conhecimento acerca da língua permite que os/as refugiados/as participem de interações cotidianas, desde a efetivação de compras de itens básicos até a participação em eventos comunitários e a participação na sala de aula inclusiva. O acesso ao aprendizado da língua portuguesa poderá, portanto, ser capaz de romper outras barreiras à inclusão, criando oportunidades para a construção de redes de apoio e, principalmente, acesso a bens e direitos, como já dito.

Além disso, a fluência na língua pode diminuir o isolamento social, desafio para muitas pessoas refugiadas. Ações que favoreçam a eliminação da barreira linguística são importantes, inclusive, para a promoção do bem-estar emocional e psíquico destas



peças. Isto porque refugiados/as que possuem conhecimento da língua portuguesa podem, por exemplo, descrever melhor o que estão sentindo, entender melhor o eventual diagnóstico recebido e, inclusive, compreender as prescrições médicas, viabilizando, pois, uma melhor manutenção da saúde.

No tocante à educação, o ensino da língua portuguesa também possui aspectos bastante positivos. As crianças refugiadas que aprendem a língua portuguesa podem, por exemplo, melhor interagirem no ambiente educacional, beneficiando-se das oportunidades de aprendizado, socialização e desenvolvimento em todos os espaços. A compreensão do português poderá favorecer, ainda, que entendam, se defendam ou procurem ajuda se forem vítimas de violências e abusos. Além disso, mães e pais (ou responsáveis legais) que falam a língua portuguesa podem se comunicar melhor com professores/as, gestores/as e demais profissionais da educação, o que pode estimular a participarem mais ativamente na vida escolar de seus/suas filhos/as menores de idade. Portanto, a escola é solo fértil para a promoção das garantias do/a cidadão/ã, e

(...) as instituições de ensino têm um papel importante na promoção da cidadania ativa, considerando as diferentes necessidades educativas dos cidadãos, constituindo-se a escola como local importante para os imigrantes, o espaço a partir do qual poderão ser desenvolvidas oportunidades de integração na sociedade de acolhimento e no qual se configuram instrumentos de mobilidade social ascendente e de agregação de competências interculturais (HARTWAIG, 2017, p. 218, apud ARAÚJO, 2008).

A comunicação na língua portuguesa é, ainda, determinante para a empregabilidade de refugiados/as no Brasil, visto que a maioria das oportunidades de emprego exige algum nível de fluência em português, e a falta dessa habilidade pode ser tornar um enorme obstáculo para a inserção no mercado de trabalho. Refugiados/as que possuem conhecimento da língua possuem uma chance maior de conseguir empregos que correspondam às suas qualificações, bem como às suas experiências, o que contribui para a melhor qualidade de vida dessas pessoas. Conforme pode ser observado na citação abaixo, a comunicação contribui para a acessibilidade dos/as refugiados/as às suas garantias.

(...) na medida em que o refugiado logra comunicar-se com alguma desenvoltura, desenvolve também maior autonomia, fator que tende a



favorecer o processo de integração (OLSEN E KOZICKI, 2019, p. 146 apud MOREIRA, 2014, p. 88).

O acesso ao ensino da língua portuguesa para pessoas refugiadas e imigrantes reflete o compromisso do Brasil com os valores de acolhimento, solidariedade e respeito pelos direitos humanos. A inclusão por meio da língua portuguesa demonstra que o país está disposto a apoiar aqueles/as que buscam refúgio e proteção. A inclusão através do ensino do português não apenas facilita sua adaptação, mas também enriquece a cultura brasileira. A acolhida dos/as refugiados/as é humanitária, afinal, lida com os direitos humanos de caráter mais essencial e urgente (OLSEN e KOZICKI, 2019, p. 144).

Como dito, a língua tem uma função transformadora na vida de refugiados/as, promovendo reflexões e rupturas com estigmas entranhados na sociedade que alicerçam muitas violências, inclusive a violência simbólica. Pode ser ponto de partida para diálogos interculturais, favorecer autonomia e oportunidades para que pessoas refugiadas possam compartilhar suas culturas, costumes e valores com a comunidade do país acolhedor, além de funcionar como uma ponte para a compreensão de direitos e acesso aos serviços de saúde e de educação, entre outros. Portanto, a inclusão dos/as refugiados/as e imigrantes no Brasil através do ensino da língua portuguesa é um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e inclusiva.

A fluência na língua permite que os/as refugiados/as e imigrantes participem socialmente, acessem serviços públicos essenciais, encontrem emprego e contribuam para a economia e cultura do país. Embora existam os desafios, existe um potencial relevante para o desenvolvimento de soluções inovadoras que possam garantir o acesso ao ensino do português para todos/as os/as refugiados/as e imigrantes. Este compromisso com a inclusão por meio da promoção de conhecimentos da língua portuguesa reflete os valores humanitários do Brasil e fortalece a união social, o que é capaz de promover uma sociedade onde todos, independentemente de sua origem, têm a oportunidade de prosperar e contribuir para o bem comum.

Dessa forma, o ensino da língua portuguesa revela-se como instrumento fundamental de inclusão, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e plural.

3.3. Ensino de Língua Portuguesa na Cátedra Sérgio Vieira de Mello: construindo pontes para a inclusão de refugiados/as no Brasil

Em um mundo marcado por conflitos e perseguições, o Brasil se destaca como um porto seguro para refugiados/as. Nesse contexto, a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, criada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), em parceria com instituições de ensino superior brasileiras, assumem um papel fundamental na promoção de ações voltadas à inclusão de pessoas refugiadas que escolhem o Brasil como destino. Como visto, um dos principais obstáculos enfrentados por esse público é a barreira linguística.

Criada em 2003², a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, tem como objetivo ampliar o acesso e serviços a pessoas refugiadas e imigrantes no Brasil, além de promover o ensino da língua portuguesa como estratégia de acolhimento e inclusão. Atualmente conta com a participação de diversas universidades brasileiras (aproximadamente 43 instituições), dentre as quais se destacam a Universidade de Brasília, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade Federal da Bahia.

Figura 2 - Cátedra Sérgio Vieira de Mello



Fonte: página do site do ACNUR

² O Alto Comissariado das Nações Unidas, em 2003, implementou a Cátedra Sérgio Vieira de Mello em cooperação com centros universitários nacionais.

Fonte: <https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/catedra-sergio-vieira-de-mello>



(<https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/catedra-sergio-vieira-de-mello>)

No âmbito dessa rede, diversas universidades desenvolvem ações específicas, como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que, em 2014, por meio do Acordo de Cooperação nº 2.521/2014, instituiu a Cátedra Sérgio Vieira de Mello na instituição (CSVM-UFES). Segundo o termo de cooperação, “(...) o ACNUR estabelece um Termo de Referência com objetivos, responsabilidades e critérios para adesão à iniciativa dentro das três linhas de ação: educação, pesquisa e extensão” (ACNUR, 2018, p. 2).

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) oferece ações de extensão (cursos) que têm desempenhado um papel importante na redução da barreira linguística enfrentada pelos/as refugiados/as e para a inclusão destes/as na sociedade brasileira. A implementação dos cursos é pensada de forma a promover o acolhimento dos/as alunos/as refugiados/as que, ao chegarem ao país, desconhecem (ou conhecem pouco) sobre a língua portuguesa, buscando auxiliá-los/as nessa jornada tão árdua. Esses programas não apenas ensinam o idioma, mas também facilitam a compreensão da cultura brasileira e promovem a interação com a comunidade local, favorecendo a inclusão na sociedade.

Promover a inclusão de refugiados/as não se limita ao ensino de idiomas, por certo, mas também envolve o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural trazida por esses novos/as residentes. Entendemos que a inclusão por meio da aprendizagem da língua contribui para uma sociedade mais equitativa, promovendo valores de acolhimento, solidariedade e respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, o Brasil não apenas enriquece sua própria cultura, mas também fortalece sua posição como um país acolhedor e inclusivo globalmente.

A implementação de programas de ensino de português para refugiados/as, vale dizer, enfrenta diversos desafios. A escassez de recursos, a falta de professores/as qualificados/as e a necessidade de abordagens pedagógicas adaptadas às necessidades específicas dos/as refugiados/as e imigrantes são alguns dos obstáculos a serem superados. São importantes ações conjuntas em que o governo, ONGs e a sociedade

como um todo colaborem para desenvolver e dar suporte às iniciativas que garantem o acesso ao ensino da língua portuguesa para os/as refugiados/as.

No caso da CSVM-UFES, as atividades foram iniciadas com o projeto denominado “Língua e Cultura Árabes: a construção de Cidadania por meio da Língua”, visando “ministrar aulas gratuitas de língua e cultura árabes para membros da comunidade interna e externa da Universidade” (SALA et al. apud VINCENZI et. al., 2018, p. 42). No ano de 2017, a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, em parceria com o Departamento de Línguas e Letras da UFES, deu início ao projeto de extensão “Língua Portuguesa e Cultura Brasileira: a construção de Cidadania por meio da Língua”³, com o objetivo de promover a inclusão de estrangeiros/as, imigrantes e refugiados/as, tanto para que eles/as sintam-se pertencentes à nossa sociedade quanto para se sentirem capazes de contribuir para a construção nas aulas de língua portuguesa e na cultura brasileira, conforme demonstra a imagem abaixo:

Figura 3 - Demonstrativo de projeto de extensão



The image shows a screenshot of a website page for the 'Cátedra Sérgio Vieira de Mello na Ufes'. The page is titled 'Língua Portuguesa e Cultura Brasileira: a construção de Cidadania por meio da Língua'. It features a navigation menu on the left with options like 'Sobre a CSVM', 'Ensino', 'Equipe', 'Extensão', 'Equipe', 'Certificados', 'Programas/Projetos', 'Cursos', 'Língua e Cultura Árabes', 'Língua Portuguesa e Cultura Brasileira', 'Documentário Refúgio', 'Eventos', 'Pesquisa', and 'Produções'. The main content area includes a breadcrumb trail 'Início > Extensão > Programas/Projetos > Cursos >', a 'BREVE APRESENTAÇÃO' section, and 'OBJETIVOS GERAIS'.

BREVE APRESENTAÇÃO

Por meio desta proposta apresentam-se os aspectos do curso de Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira em que pretende-se ministrar para os estrangeiros no estado, sobretudo, refugiados e migrantes, com o intuito de que esses possam melhorar sua comunicação no âmbito social e universitário, bem como promover a sua melhor adaptação ao ambiente em que estão inseridos. Partindo do pressuposto de que a universidade é um local de diversidade, um dos principais objetivos do curso é possibilitar que os estrangeiros, migrantes e refugiados que nela convivem, além dos que procuram nosso estado de maneira geral, possam realizar atividades comuns do dia a dia depois de aprenderem a língua oficial do país e suas principais atividades culturais. No entanto, é válido ressaltar que, o curso a ser oferecido é de caráter básico, sem aprofundamentos complexos, já que nosso objetivo é garantir que as pessoas consigam estabelecer-se como cidadãos por meio de um aprendizado que permita uma comunicação básica, própria de seu dia a dia.

OBJETIVOS GERAIS

Tem-se por objetivo principal promover a inclusão e acolhida de estrangeiros, migrantes e refugiados, tanto para que eles sintam-se pertencentes à nossa sociedade quanto serem capazes de contribuir para a construção desta nas aulas de língua portuguesa e cultura brasileira como forma de integração social.

Texto: Hilquias P. Crispim
Edição: Bruneta V. Vincenzi

Fonte: página do site da CSVM-UFES

(<https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/catedra-sergio-vieira-de-mello>)

³ Projeto de Extensão Língua Portuguesa e Cultura Brasileira: A Construção da Cidadania por meio da língua. O curso é gratuito e on-line, oferecido pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello (SVM) na UFES. Ele é oferecido para estrangeiros e encontros semanais ministrados via plataforma Google Meet, com duração de 2 (duas) horas semanais. No ano de 2023, foram disponibilizadas 30 vagas para candidatos estrangeiros e são divulgadas no sítio da UFES e no da Cátedra Sérgio Vieira de Mello. É ministrado por professores voluntários que já licenciados, do final da graduação ou da pós-graduação em Letras na UFES, especializados em Ensino de Português para Estrangeiros.



A Cátedra Sérgio Vieira de Mello desempenha um papel importante na redução da barreira linguística e na promoção da inclusão, oferecendo cursos que não apenas ensinam a língua, mas também promovem a compreensão cultural e a interação comunitária. Para maximizar o impacto dessas iniciativas, é essencial avançar em relação aos desafios enfrentados. Como dito, o envolvimento de governos, ONGs e da sociedade civil é vital para garantir que todos/as os/as refugiados/as tenham acesso ao ensino da língua, permitindo que se integrem socialmente, acessem serviços essenciais e contribuam para a cultura e economia brasileiras.

4 CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, enfatizamos que o ensino da língua portuguesa constitui elemento central nos processos de inclusão de pessoas refugiadas no Brasil, especialmente diante da barreira linguística, que se apresenta como um dos principais entraves ao acesso a direitos fundamentais. A dificuldade de comunicação impacta diretamente a inserção social, o acesso à educação, aos serviços de saúde e ao mercado de trabalho, além de potencializar situações de vulnerabilidade e isolamento.

Os resultados analisados reforçam que a aprendizagem da língua portuguesa ultrapassa a dimensão instrumental da comunicação, configurando-se como ferramenta de mediação cultural, construção de autonomia e fortalecimento da cidadania. Nessa perspectiva, a linguagem assume papel estruturante nas relações sociais e na constituição dos sujeitos, conforme apontam Paulo Freire (1987), ao compreender a educação como prática emancipatória e dialógica.

Nesse contexto, iniciativas como a Cátedra Sérgio Vieira de Mello demonstram potencial significativo na promoção dos direitos humanos, na promoção da inclusão, ao articular ensino, pesquisa e extensão em prol do acolhimento e da garantia de direitos de pessoas refugiadas na sociedade brasileira. Tais ações contribuem não apenas para o ensino da língua portuguesa, mas também para a construção de espaços interculturais que valorizam a diversidade e promovem o respeito mútuo.

Entretanto, os desafios persistem e indicam a necessidade de ampliação e fortalecimento de políticas públicas que assegurem o acesso contínuo e qualificado ao



ensino da língua portuguesa. Destaca-se, ainda, a importância da adoção de abordagens pedagógicas interculturais, que considerem as especificidades linguísticas, culturais e sociais dos/as refugiados/as, possibilitando sua participação ativa nos processos educativos.

Ademais, torna-se fundamental a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, de modo a garantir sua efetividade e adequação às demandas desse público, incluindo a ampliação de estratégias inclusivas, como o ensino de Libras, quando pertinente. Tais medidas contribuem para que as experiências e vozes dos/as refugiados/as sejam efetivamente consideradas na construção de políticas e práticas educacionais.

Por fim, reafirma-se que o acesso à língua portuguesa representa não apenas um meio de comunicação, mas uma via de reconhecimento, pertencimento e transformação social. Ao promover o ensino da língua em uma perspectiva inclusiva e intercultural, reconhece-se os/as refugiados/as como sujeitos de direitos e agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa, plural e acolhedora.

5 REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Dados sobre refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/dados-sobre-refugiados-no-brasil/>. Acesso em: 20/06/2024.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Dados sobre refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/>. Acesso em: 17/06/2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Divulgados novos números e perfis de refugiados no Brasil. Brasília: Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/divulgados-novos-numeros-e-perfis-de-refugiados-no-brasil>. Acesso em: 17/06/2024.

BARBOSA, L. M. A. Procedimentos interculturais e diversidade étnico-racial do Brasil em dois livros didáticos de português para estrangeiros. *Revista Entrelínguas*, v. 1, 2015, p. 1. Disponível em:



<https://periodicos.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/8061?source=/entrelinguas/article/view/8061>. Acesso em 17/06/2025

BORTONCELLO MUNHOZ, E. M.; MASSOLA, I.; BALZA, C. F. P.; ECKERT, K. Ensino de língua portuguesa para imigrantes e refugiados: a extensão como parte do currículo no curso de Letras. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/40540>. Acesso em: 11/06/2025.

CHILANTE, I. S. P.; SILVA, J. F. S. O papel da Língua Portuguesa sob o olhar de Imigrantes alunos do Neppe-UEMS. Revista Primeira Escrita, Aquidauana, v. 7, n. 1, p. 42-51, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/9202>. Acesso em: 06/10/2024.

CRISPIM, H. M. Língua portuguesa e cultura brasileira: construção de cidadania por meio da língua Disponível em: <https://csvm.ufes.br/l%C3%ADngua-portuguesa-e-cultura-brasileira-constru%C3%A7%C3%A3o-de-cidadania-por-meio-da-l%C3%ADngua>. Acessível em: 27/10/2024.

HARTWIG, F. B.; SILVA, P. S. A IMPORTÂNCIA DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO NA INTEGRAÇÃO DE ALUNOS IMIGRANTES E REFUGIADOS NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB. Revista da UI_IPSantarém, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 215–226, 2017. DOI: 10.25746/ruiips.v5.i3.14536. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14536>. Acesso em: 28/10/2024.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; DE OLIVEIRA, A. Tadeu R. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%20-%209ed/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%209%20edicao%20-%20final.pdf. Acesso em: 11/06/2025.

FANON, F.. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FREIRE, P.. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORAES, K. K. F.; ISOTTON, A.; CRISTINE SILVA, D.; PEIXOTO DA SILVA, V. Ensino da língua portuguesa para migrantes internacionais: primeiro passo para o alcance dos direitos humanos. Tempus – Actas de Saúde Coletiva, v. 14, n. 3, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2863>. Acesso em: 04/06/2024.

OLSEN, A. C. L.; KOZICKI, K. A língua como impasse para o reconhecimento e a integração dos refugiados no Brasil. Revista Jurídica da Presidência, v. 22, n. 126, p. 138-163, 2020. Disponível em:



<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1499/1326>.

Acesso em 04/06/2025;

PEREIRA, G. L. Direitos humanos e migrações forçadas: introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e no mundo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

PINHEIRO, D.; FERNANDES, M. N. A universalização do ensino a partir da inclusão de estudantes em situação de refúgio nas escolas públicas brasileiras. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, v. 03, n. 15, mai./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/36804>. Acesso em: 20/06/2025

SALA et al. 15 anos de Cátedra Sérgio Vieira de Mello no Brasil: universidades e pessoas refugiadas. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Federal do ABC, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/10/15-Anos-C%C3%A1tedra-Sergio-Mello.pdf>. Acesso em: 23/06/2025.

SÃO BERNARDO, M. A. Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil (Tese Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8126>. Acesso em: 08/06/2025.

SILVA, C. A. S. da (Org.). Direitos humanos e refugiados. Dourados: UFGD, 2012.

VALENTE, P. de P. Português como língua de acolhimento para acesso a direitos humanos: políticas linguísticas e reflexões a partir da análise de materiais didáticos para migrantes. *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*, [S. l.], v. 7, n. 2, 2019. DOI: 10.29327/212070.7.2-21. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/2706>. Acesso em: 4/06/2025.